

ENTREVISTA A CARLOS CEIA

Vanderléia da Silva **OLIVEIRA**¹

Apresentação

Carlos Ceia é professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas, atuando nas áreas de Literatura Inglesa Contemporânea e Seminário de Inglês, Teoria da Literatura e Estudos Literários Ingleses, Didática do Português e Línguas Estrangeiras e Metodologias em Línguas, Literaturas e Culturas.

Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, Estudos Portugueses e Ingleses, pela Faculdade de Letras de Lisboa. Doutorou-se pela Universidade de Cardiff, Reino Unido, com a tese intitulada *The Way of Delphi: A Reading of the Poetry of Sophia de Mello Breyner Andresen*.

Coordena o doutoramento em Didática das Línguas (uma parceria com a Universidade Aberta). É investigador e diretor do Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS), da FCSH/UNL e FLP/UP, onde dirige o grupo de investigação TEALS: Teacher Education and Applied Language Studies

Publicou, de entre inúmeros artigos e obras, os seguintes títulos: *Iniciação aos mistérios da poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen* (1996), *De Punho Cerrado: Ensaios de Hermenêutica Dialéctica da Literatura Portuguesa contemporânea* (1997), *O Que É Afinal de Contas o Pós-Modernismo? Ensaio sobre alguns paradigmas pós-modernos da cultura portuguesa* (1998), *A Literatura Ensina-se? – Estudos de Teoria Literária* (1999), *O Que É Ser Professor de Literatura?* (2002), *Comparative Readings of Poems Portraying Symbolic Images of Creative Genius: Sophia de Mello Breyner Andresen, Teixeira de Pascoaes, Rainer Maria Rilke, John Donne, John of the Cross, Edward Young, Lao Tzu, William Wordsworth, Walt Whitman* (2002), *Sexualidade e Literatura – Ensaios sobre Eça de Queirós, Cesário Verde, Almada Negreiros e Alexandre O'Neill* (2003), *O Estranho Caminho de Delfos: Uma Leitura da Poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen* (2003), *A Construção do Romance: Ensaios de Literatura Comparada no Campo dos Estudos Anglo-Portugueses* (2007), *O Professor na Caverna de Platão – As Recentes Políticas para a*

¹ Doutora em Letras, na área de estudos Literários, pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Centro de Letras, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, campus de Cornélio Procopio-PR. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em letras - PROFLETRAS-UENP. Líder do Grupo de Pesquisa Crelit, UENP-CCP. Endereço eletrônico: vances@uenp.edu.br

Formação de Professores em Portugal e o Futuro da Profissão (2010), *The Profession of Teaching Literature: A Portuguese Professor Reflects on the Pedagogical Goals*, *A Profissão de Professor de Literatura* (2013). Recentemente, reeditou toda a sua obra em 17 volumes, disponíveis em versões revistas e atualizadas em <<https://www.amazon.com>>.²

A entrevista que se segue foi realizada por correio eletrónico em dezembro de 2017.³

Vanderléia Oliveira: Poderia relatar como se deu sua experiência com leitura literária fora e dentro da escola? Esta experiência contribuiu de que maneira para sua prática profissional?

Carlos Ceia: Desde cedo que meu pai comprava revistas de banda desenhada (quadrinhos). Fez quase todas as coleções possíveis nos anos de 1960 em Portugal. Juntava também várias coleções de revistas espanholas que podíamos comprar facilmente nas cidades vizinhas (morava em Portalegre, perto da fronteira com Espanha). Essas obras fascinavam-me e li-as tudo várias vezes. Adorava os clássicos juvenis que se publicavam em Espanha em BD. Foram o mote para mais tarde passar para os livros originais, porque já os conhecia das adaptações à BD. Nessas décadas de 1960 e 70, a biblioteca itinerante da Gulbenkian fazia o milagre de nos trazer de 15 em 15 dias as novidades literárias do mundo. A biblioteca local também era suficientemente boa para quem nada tinha ou tinha muito pouco e mais não podia comprar, como era o meu caso. Devo, então, ao meu pai o fascínio pela leitura e a paixão por ler aquilo que estivesse ao meu alcance, sem controlo académico algum, porque os professores da altura não nos motivavam para ler mais do que o livro único oficial. Fiz-me leitor de literatura com essa formação autodidática que me ficou para toda a vida e fez toda a diferença no meu percurso futuro como profissional da leitura literária.

Vanderléia Oliveira: Uma das temáticas presentes em sua prática académica, e expressa em vários de seus textos, tem sido a questão do ensino da Literatura. Desse modo, como vê, a propósito, a figura do professor como mediador da leitura? Que desafios ele deve transpor para desenvolver uma prática eficaz com o texto literário em sala de aula?

² Mais informações na página <<https://orcid.org/0000-0002-8728-9761>>

³ A entrevista integra uma das atividades do estágio pós-doutoral da entrevistadora realizado no período de 2017 a fevereiro/2018, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, junto ao Centro de Literatura Portuguesa, sob a supervisão do Professor Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, com projeto de investigação intitulado “A educação literária no século XXI e a formação do profissional da área de Letras: estudo sobre institucionalização da literatura, currículo e práticas metodológicas”.

Carlos Ceia: Nunca fui capaz de responder de forma breve a esta questão, porque seria simplificar em vão, como se a literatura se pudesse resumir a uma forma de ensinar universal. Ora, isso não existe. Nem sequer há uma forma universal de ler e de interpretar. Respondo de forma demorada a esta problemática sobretudo no meu livro agora substancialmente revisto e reeditado: *A Profissão de Professor de Literatura* (edição *ne varietur* de 2017). Tentei reflectir sobre a importância decisiva do professor de literatura no processo de construção de jovens leitores (desde o início da escolarização até à pós-graduação). Sem professores comprometidos, quero dizer, apaixonados pela literatura, não acredito que seja possível ter bons professores de literatura. Parece uma evidência, mas não é, e não é cada vez menos. Cada vez temos mais profissionais de ensino que tratam o texto literário como um objecto científico que obedece sempre às mesmas questões controladas editorialmente ou por via de exames oficiais a que todos se moldam. Não há novas perguntas aos textos literários lidos invariavelmente da mesma forma ano após ano. Logo, não há novas respostas, mas apenas variantes da mesma resposta, que se repete de geração em geração. Isto não é ensinar literatura e muito menos aprender a essência daquilo que a literatura nos pode dar. Por isso, deixaria aqui um único desafio, que é o maior de todos: renovai sempre as perguntas que fazem aos textos que ensinam, porque só assim poderão obter novas respostas e nenhuma mais absoluta do que as que já são conhecidas, porque em literatura não há valores absolutos nem na leitura nem na interpretação.

Vanderléia Oliveira: Entendemos que a discussão sobre como se dá a formação docente - a partir dos processos de institucionalização histórica da Literatura nos cursos de graduação, seus métodos e a relação estabelecida entre as práticas didáticas e o campo ocupado pela chamada Educação Literária - é fundamental para se compreender e buscar alternativas que situem o lugar dos conteúdos literários nos currículos das Faculdades de Letras e, conseqüentemente, a relação entre Literatura e as Humanidades no âmbito universitário. Sob este ponto de vista, percebe alguma discussão sobre Educação Literária no que se refere à formação inicial do professor na Universidade? Há certo apagamento do ensino da literatura e conseqüente apagamento da cultura literária em relação aos saberes docentes e o lugar que ela ocupa frente à diversidade da cultura contemporânea?

Carlos Ceia: Podíamos simplificar esta questão perguntando apenas: o que aprendemos na universidade é o que devemos ensinar mais tarde? Ou: a educação literária na universidade é suficiente para podermos ensinar mais tarde literatura? Esta é uma questão central na formação

de professores, porque é o mais enraizado mito académico entre os formandos que se prepararam para serem futuramente professores. Conheço este mito desde sempre. Fui professor muito cedo. Tinha 18 anos quando ensinei Português no mesmo liceu onde tinha sido estudante, numa altura em que não havia professores de Português, logo a seguir a 1974. Foi uma experiência extraordinária por várias razões, mas agora retenho apenas o facto de me ter proporcionado um saber prático antes mesmo de ir para a Faculdade de Letras de Lisboa cursar Línguas e Literaturas Modernas. Quando aqui cheguei, tinha a noção de que estava tudo errado, porque eu sabia – ou julgava saber – que nada do que me ensinavam iria ser útil para eu poder voltar a repescar na sala de aula mais tarde. Eu tinha ensinado Camões e Gil Vicente com 18 anos, apenas com o saber livresco autónomo que me foi possível adquirir. Por isso eu perguntava-me o que mais tarde quase todos os meus formandos aprendizes de professores de literatura me perguntariam: para que me servem estas teorias todas se não é esta literatura que vou ensinar? Demorei, naturalmente, muito tempo até perceber que estava errado nessa altura. Quer dizer, porque já tinha sido uma espécie de professor de literatura antes de me licenciar e profissionalizar em Estudos Portugueses e Ingleses, julgava que toda a educação literária na universidade estava errada. Ainda hoje, assim pensam muitos mestrandos de ensino. E estão todos errados – eu na década de 1980 e todos os meus mestrandos nestas últimas décadas. A universidade não serve para dar toda a educação literária de que necessitamos com o propósito de mais tarde a transmitirmos a outros. Isto não funciona como um veio de transmissão. A educação literária é uma formação para e de toda a vida, começa quando começamos a ler e acaba quando morremos. Tudo o que lemos na nossa vida faz parte da nossa educação literária, por isso é muita ousadia um jovem pensar – como eu pensava também no início da minha carreira – que a universidade tem a obrigação de lhe ensinar tudo. Não tem, nunca teve e nunca terá. A universidade deve ensiná-lo a pensar e a escolher o que deve ler. Pode acrescentar o ensino de alguns modos de ler e treinar a escrita científica sobre literatura, que se vai aperfeiçoando. Tudo isto já é suficiente para a formação de base de um futuro professor de literatura. Querer tudo na mão antes de servir os outros só existe no Paraíso, que é lugar que desconheço e certamente muito diferente do esforço diário que implica formarmo-nos literariamente. E a literatura não está ausente de coisa nenhuma à nossa volta: compete-nos a nós, que gostamos de ler, escrever e ensinar, mostrar todas as relações que se constroem entre os lugares que habitamos mental e fisicamente e o património literário que fizer parte da identidade de cada um.

Vanderléia Oliveira: O que pensa sobre o modelo de formação inicial de professores em vigor em Portugal, nomeadamente quanto às políticas que regem a habilitação da profissão?

Carlos Ceia: Durante 30 anos, combati – pela escrita científica – quase todas as leis de formação de professores, desde 1984 a 2014. Essa história triste de legislações sobrepostas, duplicadas e truncadas que complicaram desnecessariamente a formação inicial de professores em Portugal comentei-a no artigo: “*A (in)definição de uma filosofia curricular na legislação sobre formação de professores nos últimos 30 anos*” (*in Formação Inicial de Professores*, Conselho Nacional de Educação e Universidade do Algarve, Lisboa, 2015, pp. 314-327, ISBN: 978-972-8360-94-8. <http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/LivroCNE_FormacaoInicialProfessores_10dezembro2015.pdf>). Em 2014, ajudei a rever a legislação actual (*Decreto-Lei n.º 79/2014*) e é com esta lei que me identifico, apesar de reconhecer que o tempo em que vigorou a profissionalização em serviço, em que o professor-estagiário era verdadeiramente um professor em aprendizagem permanente na escola e tinha inclusive um vencimento de base pelo seu trabalho (intenso), foi o tempo em que melhor formámos os professores. Com as alterações políticas recentes, o modelo actual, não sendo perfeito, tem a virtude de se concentrar mais na formação da componente científica da formação, sem descurar a componente pedagógica, ao contrário do modelo de 2007 que foi um erro tremendo, que fez com que os mestrados criados nessa altura se moldassem no pressuposto de que a formação de um professor é um problema quase exclusivamente pedagógico em que a forma como se ensina é mais importante do que aquilo que se ensina. Era urgente mudar esta perspectiva dominante, ainda muito enraizada na história do desenvolvimento das escolas superiores de educação e dos institutos universitários de educação em Portugal no final do século XX e na primeira década deste século. Esse paradigma mudou, felizmente, e hoje temos cursos de formação já acreditados com um maior equilíbrio entre a formação da área da docência e as formações pedagógicas.

Vanderléia Oliveira: No Brasil, e pelo que se observa também em Portugal, nos últimos anos tem havido uma queda na procura pela carreira docente, derivada de muitos fatores, que vão desde a falta de valorização profissional ao próprio contexto mercadológico. No caso português, a diminuição pela procura dos Mestrados em Ensino, que habilitam para a docência, estaria também vinculada à política de formação referida na questão anterior?

Carlos Ceia: São situações bem diferentes: no Brasil, tanto quanto sei, existe uma grande falta de bons cursos de formação inicial de professores, que não têm formação pós-graduada sólida, que ficam limitados a uma formação pedagógica datada em termos científicos de base e que lhes serve para a vida profissional de qualquer forma. O contexto social difícil que traz obrigações e exigências complexas para um professor no Brasil ajuda a compreender a retracção na procura desta profissão, que é, a rigor, de alto risco, sem a necessária compensação financeira ou social. Há falta de professores bem qualificados no Brasil, porque há falta de cursos de pós-graduação adequados e em linha com as melhores práticas internacionais. Em Portugal, é o inverso: temos hoje bons cursos, capacidade de acolhimento de formandos em toda a linha de pós-graduação, mas há poucos candidatos por um conjunto de razões: desmotivação social, desvalorização da carreira face à sua enorme exigência, quadros de professores envelhecidos e fechados por razões económicas, publicidade negativa diária sobre a profissão docente (desemprego, situações delicadas, pequenos crimes isolados que são empolados e criam a ideia pública de estarmos perante uma classe impreparada e sem ética), maior atractividade por outras áreas mais populares, mas de igual empregabilidade, que os jovens julgam ser mais atraentes até ao dia em que percebem, tardiamente, que cometeram um erro de auto-orientação profissional. Muitos destes jovens licenciados em cursos populares acabam a concorrer a um mestrado em ensino, porque, afinal, era para aí que deviam ter ido! Na minha perspectiva, nos próximos anos, apesar da regressão demográfica, o facto de termos uma população relativamente idosa de professores nos ensinos básico e secundário vai conduzir a uma reviravolta e os cursos de formação de professores voltarão a ter índices de procura significativos. Os políticos estão pouco interessados nestas flutuações desde que o contexto actual seja o de poupança de quadros: se em Portugal há hoje professores suficientes para garantir o funcionamento do sistema ninguém, infelizmente, pensa que alguma deva ser feita já para prevenir o que acontecerá daqui a 10 anos. No Brasil, vive-se uma espécie de presente eterno, em que se torna tão mais difícil de gerir o presente que não tempo para pensar para a frente. Os dois países podiam ajudar-se mutuamente e já tentei fazê-lo: Portugal dispõe de capacidade para formar bem novos professores, em linha com as melhores práticas internacionais, não tem por agora população discente nestas formações, por isso podia, através do ensino à distância com protocolos com universidades e escolas de referência brasileiras, ajudar a formar muitos professores nas disciplinas fundamentais, atribuindo uma dupla titulação de nível de mestrado. Pode construir-se um modelo destes, mas a fraca vontade política e académica tem desfeito todas as tentativas ensaiadas. É uma pena que assim seja, porque todos ficavam a ganhar.

Vanderléia Oliveira: Em que medida o currículo proposto pelas Universidades portuguesas contempla ou não a preparação do egresso para o trabalho com a leitura do texto literário em sala de aula? Considera que os estudos académicos neste campo têm contribuído para esboçar os caminhos que professores e alunos devem trilhar?

Carlos Ceia: Não há um currículo único de formação de professores de Português e a tipologia da formação pode variar muito se compararmos os cursos dos politécnicos – com fraca presença de conteúdos literários na formação de base e na formação pós-graduada – e os cursos universitários, sendo que estes também têm pesos diferentes da área literária, mais forte nas universidades mais antigas e naquelas onde não existe uma unidade orgânica de educação, e menos forte ou menos significativa nas universidades em que as unidades de educação tendem a fortalecer a componente pedagógica da formação em desfavor da formação literária. Apesar destas diferenças, após o ingresso na via activa, os professores portugueses têm acesso a um número razoável de acções de formação, colóquios, conferências, cursos de Verão, etc. onde não faltam propostas de motivação para a leitura literária e treino intensivo para ensino da literatura. Assim, o professor de literatura profissionalmente mais brioso saberá forma-se a si próprio ao longo da vida, porque oportunidades de formação não lhe faltam, mesmo que a sua formação inicial tenha sido incompleta ou insuficiente (a meu ver, é inevitável que seja sempre insuficiente).

Vanderléia Oliveira: A identidade do ser professor já foi objeto de suas reflexões em várias publicações – a exemplo de *O que é ser professor de Literatura?* (2002, revista em 2017) e em *O Professor na Caverna de Platão: As Recentes Políticas para a Formação de Professores em Portugal e o Futuro da Profissão* (2010, também revista em 2017). É possível considerar que muitos dos problemas que giram em torno dos desafios enfrentados no meio universitário, em torno do lugar da disciplina de ensino de literatura, podem ser derivados justamente de certa dicotomia entre professor *versus* pesquisador? Ou seja, do ser professor e do ser profissional de literatura? Poderia discorrer sobre este tópico?

Carlos Ceia: Nos processos de acreditação dos cursos de formação de professores – em 2016, concluiu-se o primeiro grande ciclo e todos os mestrados em ensino actuais foram avaliados -, há hoje uma forte e correcta exigência de ligação da investigação e da aprendizagem lectiva e pedagógica de um futuro professor. Acabo de publicar um artigo sobre este tema que aborda

exactamente o que entendo dever ser o perfil de formação inicial de um professor na área das línguas (e não só): "Promoting a Teacher Education Research-Oriented Curriculum for Initial Teacher Training in English as a Foreign Language" e-TEALS, 7.1 (2017) (disponível gratuitamente em: <https://www.degruyter.com/view/j/eteals.2016.7.issue-1/eteals-2016-0005/eteals-2016-0005.xml?format=INT&rskey=jbOtzm>). Esta é uma preocupação muito grande que me acompanha muito antes de a actual legislação “obrigar” a relacionar a investigação com a formação de professores ou, dito de outra forma, a formar professores que sejam também investigadores. Não encontro outra fórmula melhor do que esta: um bom professor de literatura (ou de outros saberes) tem que ser também um investigador incansável, um leitor assíduo que acompanha o melhor possível os estudos mais recentes, um pensador do seu próprio trabalho. Eu sei que é quase utópico pensar nestes termos para a maior parte dos professores fora do espaço do ensino superior, mas isso não elimina a questão essencial da formação e do seu melhor exercício. Como é que se pode ensinar literatura sem ler literatura, sem escrever sobre literatura, sem perscrutar criticamente os textos que lemos, sem agir sobre as leituras que construímos, sem discutir as leituras que recebemos de outros leitores? Podemos evitar esta via reflexiva e dinâmica, mas não seremos nunca verdadeiramente professores de literatura. Chamem-lhe outra coisa então, que me dispense de nomear.

Vanderléia Oliveira: Apesar dos muitos avanços no que se refere à prática de leitura literária em sala de aula no Brasil, no ensino secundário ainda prevalece, de modo geral, a ênfase no ensino de história literária, numa prática voltada ao ensino “sobre” literatura e não à leitura “de” literatura. Tal situação é reforçada pelos livros didáticos e, muitas vezes, pelo próprio modelo que o professor em formação assimila ao longo da graduação. Em Portugal, a propósito, a definição da lista pelos Programas Curriculares contribui de que modo para a formação do leitor? Esta pergunta se situa no contexto de algumas críticas que derivam do rigor canônico por ela proposto. Teria algo a opinar sobre isso?

Carlos Ceia: Já escrevi e lutei tanto por isto, sobretudo no início deste século quando se construiu em 2001 um programa de Português para o Ensino Secundário que aboliu o ensino da história literária como se fosse um opróbrio do ensino do Português, como se fosse a causa de todo o seu insucesso. O problema não está no ensino da história literária nem na sua existência nos currículos. Vou repetir-me para não fazer mais uma auto-referência bibliográfica: a história literária não tem culpa nenhuma da forma passiva como é ensinada! O que é grave é a forma de

ensinar o cânone e não o cânone em si mesmo. Temos construído currículos nacionais cada vez mais abertos e hoje não há mais desculpas com o cânone, porque este pode ser construído de muitas formas diferentes, a partir de uma base comum que constitui o nosso património literário fundamental que todos devem conhecer. Uma vez conquistado este conhecimento, podemos dar o passo seguinte na análise literária mais livre. Como posso estudar o tema *A* na literatura portuguesa se não souber situar no tempo e no espaço as obras que vou ler? Nenhuma obra literária fica imune ao contexto histórico em que foi escrita, por isso saber as bases da história literária nacional é fundamental numa fase de iniciação à educação literária. Camões não é um autor do século XXI, mas a sua obra pode ter uma actualidade que eu, leitor do século XXI, posso reinterpretar depois de saber em que momento histórico a obra foi produzida. As condições de produção da obra literária são inevitáveis, mesmo nas mais isentas de escola, e não podemos ignorar isso quando ensinamos literatura. O que não podemos fazer – e, infelizmente, é aí que mora o velho preconceito em relação ao ensino da história literária – é acreditar que todo o contexto literário se pode reduzir a um conjunto de características fixas que se aplicam de igual forma a todos os textos nascidos nesse contexto. Ensinar Camões não é aprender um conjunto de características do maneirismo e importá-las para dentro da obra camoniana de qualquer forma. É isso que fazem ou instigam a fazer muitos manuais de ensino e é isso que muitos professores gostam de fazer (ou é isso apenas o que sabem fazer, na pior das hipóteses). Portanto, o problema do ensino da história literária é exterior à história literária e reside unicamente naqueles que a usam de forma errada. Se um professor apenas ensina em função do cânone oficializado para futuros exames nacionais, que culpa tem o cânone dessa utilização redutora? As actuais metas curriculares, em particular a dimensão da educação literária, do 1º ao 12º anos de escolaridade, tal como as novas actualizações de flexibilização curricular, contribuem para que o utilizador (professor e estudante) possam olhar para a sua história literária de forma dinâmica e aberta, acrescentando o que for possível e lógico acrescentar, mas sem depender de quadros de atributos fixos que se repetem de geração em geração, de manual em manual, como se estivéssemos a estudar uma ciência exacta.

Vanderléia Oliveira: Como vê o uso e o impacto das novas tecnologias e das redes sociais no ambiente escolar? É possível defender a ideia que elas podem contribuir para o processo de Educação Literária em ambiente escolarizado?

Carlos Ceia: Naturalmente que podem. Tenho dito nas minhas aulas de pós-graduação em metodologia do trabalho científico que hoje sou, somos, professores e investigadores muito diferentes do que éramos há dez anos atrás. Temos hoje à nossa disposição recursos electrónicos de apoio à leitura, ao ensino e à investigação em literatura que eram um simples sonho há uma década atrás. Não há hoje textos inacessíveis, não há hoje pesquisas textuais impossíveis ou demasiado longas, não há hoje impossibilidade de comunicação com outros leitores informados, não há hoje informação que nos seja inatingível de alguma forma. Portanto, o que hoje temos é a exigência de desenvolvimento de uma nova competência: a capacidade de selecção da informação. Face à imensidão de recursos à nossa disposição, temos de saber gerir melhor o tempo de estudo e escolher bem aquilo que melhor serve o nosso objectivo. Não descarto nada, porque um simples comentário anónimo numa livraria global pode ser um bom ponto de partida para uma investigação. Mas sou rigoroso na selecção dos recursos e na sua referenciação. Passo esse ensinamento para todos os estudantes, desde a licenciatura a todos os pós-graduados.

Vanderléia Oliveira: Por fim, considerando que alguns de seus textos são leituras indicadas no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), capacitação em rede nacional ofertada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e várias universidades brasileiras, que mensagem deixaria para os professores em formação continuada na área de Literatura e ensino?

Carlos Ceia: Nunca desistir de nenhum aluno nem de nenhuma escola, mesmo na adversidade ou na total indiferença à literatura.

Nunca deixar de ler.

Nunca deixar de escrever, mesmo que seja apenas para preparação da próxima aula.

Nunca deixar de ouvir outros leitores.

Nunca acreditar cegamente na doutrina dos manuais.

Nunca fazer sempre as mesmas perguntas aos textos.

Obrigar os alunos a encontrar novas respostas para além das esperadas e, sobretudo, pensar que essas novas respostas podem abalar a nossa própria convicção sobre o texto. Será uma grande conquista se isso acontecer.

Sempre que um aluno questionar o valor da literatura na sua vida, lembrar, por exemplo, o ex-presidente Barack Obama que confessou ter sido a literatura a ensinar-lhe a tomar decidir bem e a comunicar bem aquilo que decidiu. Ou lembrar o Primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau,

que gosta de ler Shakespeare ou Robert Frost, por exemplo, e traz a experiência desses poetas para os seus discursos políticos porque diz que eles, os poetas, muito lhe ensinam como deve governar e como deve comunicar. Estes exemplos traduzem bem o poder da leitura literária em líderes mundiais que nunca tiveram vergonha de reconhecer publicamente que também nos tornamos melhores quando lemos e conhecemos os grandes textos da literatura universal.

Chegou em: 01-02-2018

Aceito em: 04-01-2018